



NOVO GOVERNO

PECs alternativas para frear gastança

Propostas de senadores do PSDB surgem como opções ao texto da equipe de transição, cujo objetivo é manter Bolsa Família de R\$ 600

» FERNANDA STRICKLAND
» TAÍSA MEDEIROS

A expectativa da equipe do novo governo é de que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição tenha o relator definido ainda hoje, após a apresentação do texto. “O que está sendo costurado é começar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Há um compromisso de analisar de forma mais célere, dando condições de apreciação no plenário. Vamos trabalhar com muito carinho para ver se o texto sai terça-feira (hoje)”, disse o senador eleito Wellington Dias (PT-PI).

O texto apresentado pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê despesas de **R\$ 198 bilhões** fora do teto de gastos para custear o Auxílio Brasil — futuro Bolsa Família — de R\$ 600 e outras promessas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Além da PEC formulada pelo novo governo, duas propostas alternativas foram apresentadas ao Congresso. A mais recente é de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Chamada PEC da Sustentabilidade Social, sugere valor menor do que a proposta petista para bancar o benefício social. A previsão é de R\$ 80 bilhões de expansão do limite do teto de gastos que, segundo o parlamentar, seriam suficientes para cobrir o Bolsa Família e até o reajuste do salário mínimo acima da inflação, como prometido por Lula.

A outra proposta alternativa é de autoria do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), protocolada no último sábado. Ele sugere que os gastos extras tenham teto de R\$ 70 bilhões até a aprovação do novo regime fiscal, em 2023.

Segundo Vieira, a PEC apresentada pela equipe de transição oferece perigos. “A proposta está bastante genérica e abrangente, podendo colocar em risco a estabilidade e a credibilidade fiscal do futuro governo (...),” argumentou. “Manter a credibilidade do arcabouço fiscal do governo brasileiro é essencial para iniciarmos o processo de reorganização do Estado brasileiro.” O senador passou a coletar assinaturas para a proposta ainda ontem. Wellington Dias, por sua vez, assegurou

Montante extrateto

A intenção da proposta é deixar fora do teto R\$ 175 bilhões para o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos, promessa de campanha de Lula. Também ficaria excluídos das regras fiscais R\$ 23 bilhões de receitas extraordinárias para liberar verba destinada a investimentos públicos.

que todas as sugestões serão levadas em conta.

Já o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA), avaliou que as PECs propostas por Vieira e Jereissati estão “fora do contexto”, pois não são suficientes para a manutenção das políticas sociais. “De R\$ 175 bilhões, R\$ 75 bilhões são para cobrir o Bolsa Família. Isso significa que o restante fica para cumprir as outras políticas sociais”, justificou o senador.

Duração

A PEC da Transição vai propor que o extrateto para a manutenção do Bolsa Família tenha duração de quatro anos. “Tendo a elaboração desse texto final, o presidente Pacheco pretende, o quanto antes, ter um encontro com os líderes partidários do Senado para discutirmos a partir da proposta”, disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), em referência ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG). Randolfe Rodrigues ressaltou que o novo governo precisa de uma margem fiscal para dar conta “de uma necessidade básica e elementar dos brasileiros, que é um programa de distribuição de renda”.

Paulo Rocha acredita que a votação da PEC ocorrerá em um dia na Casa: pela manhã, passa pela CCJ e, à tarde, no plenário.

Para o ministro da Fazenda do governo Dilma Rousseff (PT), Nelson Barbosa, R\$ 70 bilhões para garantir o benefício, como sugere a proposta de Vieira, é insuficiente. Ele também defendeu haver espaço para gastar R\$ 136 bilhões a mais em 2023 (**leia reportagem abaixo**).

Para entender melhor

Veja as principais diferenças entre as Propostas de Emendas à Constituição (PECs) para ampliar o limite do teto de gastos no Orçamento de 2023



PEC alternativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

■ R\$ 80 bilhões

fora do teto em 2023

■ Nesse montante, prevê o Bolsa Família de R\$ 600 e reajuste do salário mínimo acima da inflação em 2023

■ Mantém despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo, custeadas por recursos de doações

■ Mantém despesas de instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias primárias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas



PEC alternativa do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE)

■ R\$ 70 bilhões

fora do teto em 2023

■ Garante o pagamento de R\$ 600 do Bolsa Família aos beneficiários e de R\$ 150 por criança de até 6 anos, por meio do Benefício da Primeira Infância

■ Mantém as despesas com educação e projetos socioambientais de combate às mudanças climáticas fora do teto

■ Mantém despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da Federação ou entidades privadas

PEC original

■ R\$ 198 bilhões

fora do teto em 2023

■ Garante o pagamento de R\$ 600 do Bolsa Família, que será retomado no lugar do Auxílio Brasil, bem como o bônus de R\$ 150, para cada criança de 6 anos por família

■ A proposta prevê o investimento público do montante correspondente ao excesso de arrecadação, limitado a 6,5% sem entrar no teto de gastos, podendo chegar a R\$ 23 bilhões

■ Tem o objetivo de abrir espaço orçamentário para a manutenção de programas sociais, como Farmácia Popular

Fontes: PECs alternativas e PEC da Transição

André Ribeiro/Futura Press/Estadão conteúdo



Não vai engasgar, não. Avalio que vamos ter muito sucesso nessa tramitação. Estamos falando com os líderes”

Gleisi Hoffmann,
presidente do PT, sobre a PEC da Transição

“Sem pressa” sobre ministros

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou, ontem, que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva não tem pressa para indicar os ministros do novo governo antes da posse. A deputada considerou “difícil” a divulgação, nesta semana, de nomes que vão ocupar a Esplanada a partir de 2023 e ressaltou que a ansiedade é mais do mercado do que do Congresso.

“Acho que ele (Lula) não está com tanta pressa. O pessoal do mercado que está mais ansioso, alguns estão mais ansiosos. Mas acho que ele está com a coisa bem resolvida na cabeça”, disse Gleisi, a jornalista, na Câmara. A petista destacou que Lula vem a Brasília amanhã, mas “não adiantou nada” sobre a composição dos ministérios. O presidente eleito se submeteu-se, ontem, a uma cirurgia para a retirada de uma lesão nas cordas vocais (**leia reportagem na página 5**).

Sensibilidade

Uma das coordenadoras do governo de transição, Gleisi avaliou que o Congresso terá “muita sensibilidade” para debater e aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, meio escolhido pelo governo eleito de manter o Bolsa Família em R\$ 600 no próximo ano. “Não vai engasgar, não. Avalio que vamos ter muito sucesso nessa tramitação. Estamos falando com os líderes”, frisou, ao deixar o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

A parlamentar destacou, ainda, que o estabelecimento ou não de um prazo para os recursos não serem contabilizados no teto de gastos vai depender do Congresso. No entendimento dela, contudo, a melhor opção seria a não fixação de um período no texto.

No Twitter, Gleisi afirmou ser necessária uma “mobilização” para aprovação da PEC. “Ela é fundamental para atender os brasileiros que mais precisam e, assim, dar o primeiro passo para reverter caos social”, escreveu.

Barbosa defende extra de R\$ 136 bilhões

O ex-ministro das pastas da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa afirmou, ontem, que expandir os gastos em até R\$ 136 bilhões no ano que vem não significaria aumento de despesas na proporção do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao nível de 2022.

A declaração foi dada ao comentar a negociação para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que pretende abrir espaço fiscal para pagar um Auxílio Brasil (futuro novo Bolsa Família) de R\$ 600 e outros programas sociais. O texto foi criticado por pedir ao Congresso uma “licença” para gastar quase R\$ 200 bilhões fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à inflação. Um anteprojeto da PEC foi apresentado na semana passada, e o seu texto final está agora

sendo discutido com lideranças dos partidos no Congresso.

Barbosa, que faz parte do grupo de economia da equipe de transição montado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), declarou que os R\$ 70 bilhões propostos pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) em uma PEC alternativa são insuficientes.

“A minha opinião é de que R\$ 70 bilhões é pouco, porque o Orçamento que foi mandado para 2023 tem um gasto em proporção ao PIB inferior ao de 2022. Este ano, o governo Bolsonaro vai gastar, segundo o último relatório bimestral, 18,9% do PIB”, frisou. “Aliás, vão soltar outro relatório bimestral agora (a previsão é que seja hoje), vamos ver qual a despesa que eles vão projetar para este ano. Acho que é próximo de 19% do PIB. Para o ano

que vem, o governo projetou um gasto de 17,6%, significativamente inferior ao deste ano.”

Negociação

De acordo com Barbosa, a previsão de gasto para 2023 feita pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), contida no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado ao Congresso, é menor do que o valor que deve ser praticado neste ano. “O que isso significa? Significa que, se você adicionar até R\$ 136 bilhões ao Orçamento do ano que vem, isso não será expansão fiscal. Se adicionar até R\$ 136 bilhões no Orçamento do ano que vem, o gasto será igual ao efetivamente feito no último ano do governo Bolsonaro.”

Apesar de reclamar do texto de Alessandro Vieira, Barbosa

evitou sugerir uma previsão ideal de despesas da PEC de Transição. “Esse valor é uma proposta que a equipe de transição no Congresso está negociando, e nós (a equipe de economistas que ele integra) não temos uma recomendação de valor”, afirmou.

A equipe política de articulação no Congresso tem tomado a frente na negociação da PEC, e os economistas do grupo estão apartados. Além de Barbosa, o economista Guilherme Mello, próximo ao PT, e André Lara Resende e Persio Arida, “pais” do Plano Real, também fazem parte do grupo de trabalho da área na transição. “Nós estamos analisando e conversando com a equipe que está negociando isso no Congresso. As negociações da PEC da Transição são atribuições do grupo de transição do Congresso”, argumentou Barbosa.

AFP



Segundo Barbosa, se adicionar R\$ 136 bi em 2023, não será expansão fiscal